

## **A natureza sócio-histórica do trabalho docente: do sacerdócio à sindicalização**

Kênia Miranda\*

**Resumo:** O propósito desta comunicação é analisar os aspectos relativos à natureza sócio-histórica do trabalho docente e a condição de classe destes trabalhadores. Nesse sentido, investigaremos o processo que deu origem à construção de um trabalhador coletivo da educação e o seu caráter majoritariamente feminino. Por fim, refletiremos sobre os dados de sindicalização dos professores no país e sobre a experiência sindical no estado do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** trabalho docente, sindicalismo docente, classe social, relações de gênero.

### **The Social-historical Nature of the Teaching Work: from the Priesthood to the Union**

**Abstract:** The purpose of this work is to examine the aspects of the social-historical nature of teaching and the social conditions of the teachers. In this sense, here we investigate the process which gave rise to the construction of the educator and stress the reason why most educators are female professionals. As follows, this work observes data from unions of teachers in the country and the unions' background in the state of Rio de Janeiro.

**Keywords:** teaching work, educators' unionism, social class, gender relations.

#### 1.1- O sacerdócio e a feminização

A desproporcional divisão sexual do trabalho na educação pode ser constatada nos dados do Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica publicado em 2003<sup>1</sup>. A tabela 1.2 (BRASIL, 2006: 29) indica que para um total de 1.542.878 professores entrevistados, 1.306.635 são mulheres e 228.426 são homens<sup>2</sup>. Ou seja, cerca de 85% da força de trabalho na educação, nos dias atuais, é feminina.

O processo de feminização<sup>3</sup> do magistério não é fenômeno recente, tampouco uma especificidade do caso brasileiro, como afirma Hipólito. O autor, através da análise de

---

\* Email: [keniamiranda2006@gmail.com](mailto:keniamiranda2006@gmail.com) / Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História/ UFF.

<sup>1</sup> Tais dados foram produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) através dos dados do Censo Escolar, do Censo da Educação Superior e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e do IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) entre os anos de 1991 a 2002.

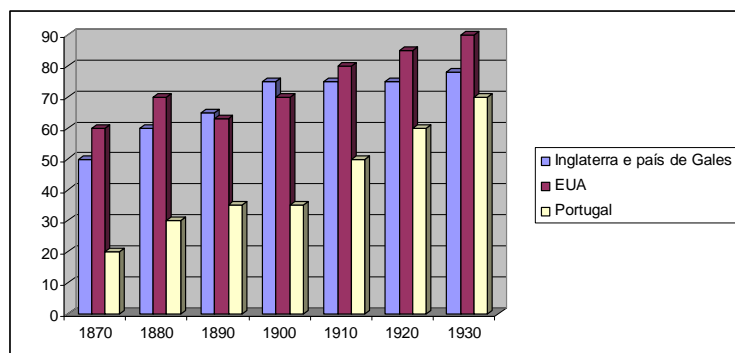
<sup>2</sup> Não responderam a este quesito 7.817 professores.

<sup>3</sup> Assim é conhecido o fenômeno de transição da força de trabalho masculina para a feminina na educação, em geral, a partir do século XXI.

literatura da Inglaterra, dos Estados Unidos, de Portugal e da Espanha demonstra que, ainda que em ritmos diferentes, tal processo se generalizou no ocidente, na virada do século XIX para o XX.

O gráfico elaborado por Hypólito é bastante elucidativo:

Gráfico 1- Evolução da participação feminina no corpo docente do ensino primário na Inglaterra e no País de Gales, em Portugal e nos Estados Unidos na América, entre 1870 e 1930



Fonte: HYPOLITO (1997: 52)

O processo de industrialização, na temporalidade de cada país, produziu a necessidade de incorporação da mulher ao mundo externo à residência familiar. No entanto, essa inserção nasceu sob os signos *da precarização e da emancipação*, para partilharmos da concepção de NOGUEIRA (2004).

A ideologia do sacerdócio e da vocação feminina, originária da maternidade, associadas à educação, traduziam a perspectiva dominante de subordinação econômico-social e política da mulher. A ideologia, funcional ao capitalismo em expansão, que precisava conceder e controlar o espaço feminino, produzia a justificativa de baixa remuneração no magistério através de um conjunto de argumentos. De sorte que, para a mulher, tal ofício significaria uma renda complementar; haveria uma redução de carga horária se comparado à jornada fabril, possibilitando a presença no lar e o exercício da caridade ao ensinar àqueles que não eram filhos; estes menores, por sua vez, sendo crianças, pertenciam ao universo íntimo da maternidade; seriam próprias das mulheres certas habilidades além da caridade/ generosidade, tais como, a docilidade, a paciência, o amor, condições *sine qua non* para a aprendizagem.

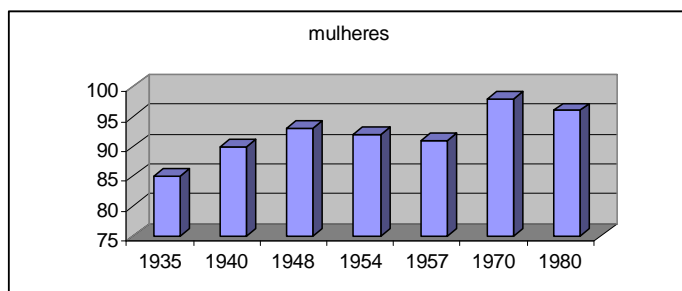
No Brasil, o mestre-escola<sup>4</sup> possuía perfil diferente do exposto imediatamente acima. A ele era atribuído a encarnação da lei e, portanto, o julgamento implacável. Tal perfil

<sup>4</sup> Ver ROMANELLI, 1989.

docente, que substituiu o jesuítico, foi paulatinamente, destinado a outras funções, ditas mais masculinas.

Hypolito mostra o movimento ascendente de participação feminina na configuração desta força de trabalho também no caso brasileiro:

Gráfico 1- Participação feminina no corpo do ensino primário no Brasil



Fonte: HIPOLITO, 1997.

Entretanto, a entrada da massa feminina para o mercado de trabalho, configurou-se como elemento contraditório. Se por um lado, a ideologia do sacerdócio e a da vocação feminina trouxeram impactos negativos que até hoje são visíveis na educação, por outro lado, foi esse espaço também que possibilitou a inserção das mulheres na esfera pública e, mais recentemente, em outras áreas da vida social e política majoritariamente masculinas, como por exemplo, o sindicato.

Se podemos afirmar que a primazia dos estudos sobre a organização docente tem como enfoque o sindicalismo docente, não é correto considerá-lo a única forma organizativa dos professores, não obstante as condições objetivas para a consolidação da organização desta categoria tenha começado a se gestar somente na década de 1960.

Portanto, antes da Constituição da República de 1988, que assegurou o direito de sindicalização aos servidores públicos, os professores da rede pública reuniam-se sob a forma associativista e os professores da rede privada, já sob a forma sindical. Um recuo ao século XIX e início do século XX, nos permite encontrar associações mutualistas de professores.

Em 1907, Cláudio Batalha<sup>5</sup> localizou, no Rio de Janeiro, a Caixa Beneficente da Corporação Docente do Rio de Janeiro, composta por professores do ensino superior, secundário e primário oficial e particular. De caráter mutualista, a organização prestava-se ao socorro dos sócios em casos de moléstia, velhice e falecimento em um Estado anterior a previdência social.

<sup>5</sup> BATALHA (2009).

É, entretanto, a partir da década de 1930, que os professores começam a se organizar sindicalmente. Tal organização não se dá de forma homogênea ou linear, a origem de classe tampouco é a mesma desde o referido período aos dias atuais e a quantidade de professores passou de um restrito número que respondia pela formação da elite à massificação.

## 1.2 A sindicalização

No caso carioca é possível destacar pelo menos três experiências representativas dessa organização, a partir da década de 1930.

Essas três entidades sindicais tem como base majoritária os professores da educação básica, são elas: o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (SINPRO-RIO) criado nos auspícios da legislação trabalhista; a União dos Professores Públicos do Rio de Janeiro - Sindicato (UPPES) que, embora seja oriundo do período democrático, herdou toda a prática dos sindicatos oficiais; e o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE-RJ), fundado na ascensão do movimento conhecido como *Novo Sindicalismo*.

A entidade mais antiga é o SINPRO-RIO, fundado em 1931, ainda no governo de Getúlio Vargas, representativo, principalmente, dos professores da rede privada de educação em todos os seus níveis: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e até mesmo educação superior.

A segunda entidade em tela é a União dos Professores Públicos no Estado - Sindicato (UPPES), que representa os professores da rede pública estadual. Foi criada em 1945, no período de redemocratização. No campo sindical, esta etapa histórica foi marcada pela criação de novas entidades, o número de sindicalização aumentou e começaram as tentativas de unificação dos trabalhadores, porém, segundo MATTOS (2003: 25), “a mais significativa herança da ditadura a manter-se no período democrático, impondo sérios limites à própria democracia, foi a estrutura sindical”. A UPPES foi justamente um desses herdeiros.

A Sociedade Estadual dos Professores (SEP), entidade que deu origem ao SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação), foi fundada no final da década de 1970. As inúmeras mudanças ocorridas na sigla significaram a tentativa de fusão a outras entidades de profissionais da educação. Dessa forma, o sindicato foi unificando, ao longo de sua história<sup>6</sup>, diversos trabalhadores da área educacional além dos professores. Portanto, o SEPE

---

<sup>6</sup> Para um aprofundamento da temática, ver SILVEIRA (2002).

representa os profissionais da educação básica do Estado do Rio de Janeiro e não apenas a categoria docente.

Ao longo do século XX, no Rio de Janeiro, inúmeras e diversas foram as experiências dos professores na condição de trabalhadores assalariados e na construção/ reconstrução de suas organizações classistas. Os paradoxos que entremearam esse processo, não parecem distanciar-se daqueles organismos ditos tipicamente operários, ainda que seus marcos temporais sejam distintos.

Os indicadores sociais produzidos pelo IBGE, no período que compreende o decênio 1992-2001, declaram um total de sindicalização dos “Trabalhadores em estabelecimentos de ensino”<sup>7</sup> da ordem de 45% do total de trabalhadores na base. Este número é bastante expressivo se compararmos aos dados de filiação dos trabalhadores da indústria que atingem um pouco mais de um terço do número total de trabalhadores na base.

Os sindicatos docentes apresentaram significativo crescimento na América Latina na etapa neoliberal do capitalismo, configurando-se como espaço de resistência ao esvaziamento do Estado no campo educacional. Contudo, enfrentam, hoje, crise análoga ao que os sindicatos brasileiros começaram a enfrentar no início da década de 1990.

Com efeito, a numerosa inserção destes trabalhadores na luta entre Capital e Trabalho através da mediação dos sindicatos precisa ser compreendida a partir das transformações na natureza sócio-histórica do trabalho docente, tanto no que tange as alterações em seu processo de trabalho, quanto no deslocamento do lugar social e de classe deste trabalhador.

### 1.3 Professor, um trabalhador coletivo

O professor contemporâneo é um trabalhador assalariado em sua totalidade, seu controle do processo de trabalho é parcial e está submetido a diferentes formas de contratação.

Das constatações acima, podemos tirar algumas conseqüências, a saber, o professor deve vender sua força de trabalho ao Estado – ainda seu maior empregador - ou à empresa de serviços educacionais e, portanto, possuir o conhecimento específico de sua área não basta para que exerça sua profissão, ou seja, o conhecimento não é o único instrumento necessário.

Com relação ao controle parcial do processo de trabalho podemos apontar que há uma divisão do trabalho dentro das escolas que se expressa na transposição de técnicas de administração empresarial para a gestão escolar, na fragmentação e controle da prática e planejamento pedagógicos, no distanciamento entre concepção e execução da qual fazem

---

<sup>7</sup> Aqui compreendidas as categorias: professores da rede pública (federal, estadual, municipal), auxiliares de administração e empregados em estabelecimentos de ensino da rede pública.

parte os especialistas (supervisores, orientadores e administradores educacionais), exaustivamente analisados pelos críticos da pedagogia tecnicista.

Vista como característica inerente ao trabalho docente, a autonomia apresenta-se de forma mística, capaz de afastar o professor tanto da alienação quanto da subsunção.

O professor não planeja e executa o seu trabalho sob total liberdade. Um aspecto que podemos destacar nesta direção é o das avaliações externas<sup>8</sup> à sala de aula, à escola, à rede de ensino que pressionam o currículo escolar e o planejamento docente.

Portanto, o que garante a um professor graduado o exercício de sua profissão com fins de subsistência? O conhecimento adquirido ao longo da sua formação? A certificação? Não apenas. Com esta ferramenta - o conhecimento - o profissional da educação não exerce a sua profissão. Ele precisa tornar-se um trabalhador assalariado, vender sua força de trabalho no “mercado educacional”, seja essa venda efetivada para entes públicos ou privados.

Dessa forma, temos como meios e instrumentos de produção da educação as escolas, sejam oriundas das redes municipais, estaduais, federais ou privadas em qualquer uma das modalidades de ensino e a posse do conhecimento não faz do professor um proprietário dos meios de produção. Do contrário, se o conhecimento do professor (ou de qualquer ofício) pudesse ser considerado como meio de produção – então – engrossaríamos a Teoria do Capital Humano, para a qual, o conhecimento de uma pessoa é **o seu capital**.

O processo histórico de gestação do trabalhador assalariado, analisado por Marx no primeiro volume de O Capital, que se estende da cooperação à maquinaria e a indústria moderna, nos permite realizar uma analogia para analisar o controle do professor sobre o seu processo de trabalho, ou seja, o nível de subsunção deste trabalho na sociedade contemporânea.

Procedendo a análise não em termos absolutos, mas como processo, chegamos a conclusão que o trabalho docente encontra-se na fase transitória entre a *subsunção formal* e a *subsunção real* dos processos de trabalho, onde a primeira etapa já foi superada e a segunda não se completou.

A tendência de perda de autonomia do trabalho docente nos leva a concluir que o trabalho docente tende a uma subsunção real ao capital. Na falta de uma nomenclatura melhor, poderíamos definir este estágio como uma *subsunção proto-real do trabalho docente ao capital e/ou ao Estado*.

---

<sup>8</sup> Citaremos apenas as avaliações atuais que compõem o Sistema de Avaliação da Educação Básica do MEC: SAEB e Prova Brasil, além da avaliação de alfabetização, a Provinha Brasil.

A escola não pode, atualmente, ser definida, no seu conjunto, como um serviço de vendas de mercadorias *stricto sensu*, sendo um equívoco tratar o trabalho docente como subsumido realmente ao capital. Contudo, há características peculiares da subsunção real que podem ser percebidas no trabalho docente:

Com o desenvolvimento da subordinação real do trabalho ao capital ou do modo de produção especificamente capitalista não é o operário individual que se converte no agente (Funktionar. Al.) real do processo de trabalho no seu conjunto mas sim uma capacidade de trabalho socialmente combinada. (MARX, s/d: 110).

Como afirmamos anteriormente o professor já não desenvolve sua atividade profissional senão coletivamente –junto aos demais trabalhadores da educação- e empregado pelo capital, ou seja, sob a forma de *trabalho socialmente combinado*, disto decorre que o conhecimento é fragmentado em especialidades e diversas capacidades de trabalho são associadas de forma desigual.

O quadro supracitado gerou transformações para o conjunto destes trabalhadores, seja no que diz respeito ao exercício do trabalho em si, como em sua forma de se reconhecer nele e atuar coletivamente, ou seja, na sua configuração de classe e, portanto, no seu lugar social.

#### *Apontamentos finais sobre a condição de classe dos professores*

Não pretendo fechar as lacunas resultantes das muitas questões trazidas no texto, sejam aquelas derivadas da falta de espaço para o devido aprofundamento, sejam aquelas que sigo no esforço de realização de uma síntese.

Destarte, com base nas questões anunciadas é necessário refletir sobre a inserção de classe dos professores como elemento resultante das transformações sócio-históricas da natureza deste trabalho.

A massificação desta categoria não ocorreu sem a precarização das condições de trabalho, salário e vida dos docentes. O contraste entre o elitismo dos professores, e obviamente da educação, da Primeira República e o processo de proletarização em curso, são provas inequívocas que não há uma natureza docente que escape ao processo histórico.

A trajetória que nos é possível observar, do sacerdócio à sindicalização, indica que a categoria docente se construiu enquanto classe, pois assim se organiza e se reconhece, o que não torna possível identificar uma forma homogênea de ação política.

Portanto, a teoria sindicalismo de classe média<sup>9</sup>, do estruturalismo marxista, tratada

---

<sup>9</sup> A esse respeito ver: BOITO Jr, Armando. Classe média e sindicalismo. *Primeira Versão*. Campinas: IFCH-UNICAMP, nº 1/2/3, 2004.

como referência para os estudos sobre o sindicalismo docente comete o equívoco de excluir o processo histórico de formação destes trabalhadores e sua experiência na luta de classes, reificando-os sob a lógica de uma teoria estática.

A condição de trabalhador coletivo da educação é a forma que o trabalho docente, em conjunto com os demais funcionários das escolas, assume hoje na sociedade.

Se não é possível afirmar que todos os professores – nas suas diferentes relações de venda de força de trabalho e atuação em níveis diversificados da educação - integram a classe trabalhadora, parece-nos, que um grande número de professores, em particular da Educação Básica, na tensão da luta de classes, tem-se encarnado trabalhador, com todos os dilemas, limites e possibilidades que esta condição carrega.

### **Referências Bibliográficas**

BAUER, Carlos. Breve história da mulher no mundo ocidental. São Paulo: Xamã: Edições Pulsar, 2001.

BATALHA, Cláudio H, M. (org.) Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

HYPÓLITO, Álvaro L. Moreira. Trabalho Docente, Classe social e Relações de Gênero. Campinas: Papyrus Editora, 1997.

------. Processo de trabalho na escola: algumas categorias para análise. Teoria & Educação. Porto Alegre: Pannonica, n° 4, 1991.

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulcherio. A Constituição histórica do Trabalho Docente. Campinas, 2008. (tese de doutorado)

MATTOS, Marcelo Badaró. Novos e Velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955– 1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura. 1998.

MARX, Karl. O Capital, Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

------. Capítulo VI inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, s/d.

MIRANDA, Kênia. A Organização dos Trabalhadores em Educação sob a forma-sindicato no capitalismo neoliberal: O pensamento pedagógico e o projeto sindical do SINPRO-Rio, da UPPES e do SEPE-RJ. Niterói: UFF, 2005. (Dissertação de mestrado em educação).

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930/1973). Petrópolis: Vozes, 1989.

WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 1995.